

PROJETO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE

O projeto da Frente Popular à frente da administração de Porto Alegre é perpassado por uma dimensão estratégica de reconstrução da cidadania popular em bases novas. A possibilidade de constituir uma dinâmica revolucionária de afirmação da soberania popular no município está no centro mesmo de nossa vontade política. Desendamos este processo de debates que tem seu ponto alto na realização do seminário do 2º e 3º escalão com vistas a qualificar o conjunto das ações da AP na direção deste objetivo.

O Conselho Político da Frente, terá no resultado deste movimento, importante subsídio para a atualização do programa de governo da AP. Saudamos a todos os companheiros que têm-se empenhado para que a atuação dos partidos que compõem a Frente Popular signifique um passo radical no longo caminho que ainda percorremos para que o Socialismo e a Democracia sejam uma possibilidade concreta em nosso chão.

1 - A ação administrativa municipal e a democracia.

O Município é a face mais próxima que a organização estatal apresenta ao cidadão. Nele se organizam controles básicos da vida social, como a regulamentação das moradias, do trabalho autônomo e empresarial, dos serviços de educação e saúde, etc. Aparentemente, o Município é um complexo de prestação de benefícios à população de sua área. Nisto crêem os servidores públicos que nele trabalham, nisto crê a cidadania local.

Entretanto, quando refletimos sobre o desenvolvimento real das administrações que se sucedem, podemos perceber que as ações de governo costumam ser concretamente organizadas em torno de determinados interesses dos grupos econômicos que detêm poder e influência na cidade. Ao estudarmos a realidade das administrações Estaduais e Federal, verificamos que a mesma coisa se repete. Na verdade, é o conjunto da estrutura estatal que se volta para a reprodução dos interesses dos grandes empresários nacionais e transnacionais, reforçando a exploração que nosso povo sofre há tanto tempo.

...

...
Isto significa que aquele aparato que é tratado pelos cidadãos como uma "coisa pública", na verdade, se comporta como uma grande agência de garantia de interesses privados ou corporativos. A máquina administrativa e o corpo de funcionários, em geral, comporta-se sob as regras dessa lógica, mesmo sem perceber e mesmo se revoltando com isso.

A Frente Popular assumiu a administração da cidade conhecendo tal realidade e sabendo que a sua transformação exigiria coragem, paciência e, sobretudo, uma concepção radicalmente diferenciada de como governar e construir uma política municipal alternativa. A democracia que fundamenta o projeto da Administração Popular se configura em rota de colisão com a utilização do município para a reprodução da exploração capitalista. Sob a aparência de Democracia, os poderosos constroem uma "democracia-para-eles". A AP, de acordo com o projeto socialista dos partidos da Frente Popular, constrói uma alternativa democrático-popular que desemboca na luta sem tréguas contra o engano e a opressão de nosso povo na cidade e em toda parte.

A implementação concreta dessa alternativa democrática e popular é um processo que envolve uma série de transformações e rupturas no funcionamento tradicional da administração municipal, e que também, denota a esta "parcelado Estado", um papel de pólo detonador da organização autônoma das massas, numa relação de impulsão ao invés da cooptação ou despolitização tão a gosto das práticas burguesas. Algumas iniciativas já se esboçaram e encontraram eco extremamente favorável entre o funcionalismo e a população. No entanto, é necessário que se construa uma articulação global de projetos e atividades que dêem consistência a esta vontade política. O conjunto dessas iniciativas deverá ter como ponto de orientação a necessidade de abrir a máquina municipal a diversas formas de controle direto e indireto da coletividade organizada. Somente a intervenção política con

...

...
creta dos setores populares será capaz de inverter toda uma história de consolidação de uma "democracia-dos-poderes" em uma nova era de emancipação autêntica do povo. É deste modo que podemos iniciar aqui o desenvolvimento de uma caminhada que só terá fim quando, em toda parte, a miséria e a indiferença sejam uma distante lembrança de tempos já passados.

2 - Eixos fundamentais do processo de transformação democrática.

a) É preciso conhecer para dirigir

A base de todo o processo de construção da soberania popular é o acesso mais amplo às informações sobre o que ocorre na chamada "coisa pública". A concentração do conhecimento nas mãos de pouca gente é um dos mecanismos mais fortes de garantia dos privilégios daqueles que estendem sua influência sobre amplos setores da burocracia municipal. É decisivo, portanto, que se implemente uma política abrangente de socialização da informação político-administrativa atualizada. Meios modernos como a tele-informática, meios tradicionais como a imprensa, meios populares como assembléias de prestação de contas, todos deverão ser empregados com esse objetivo. É claro que não bastará espalhar informações de difícil assimilação pública, sendo necessário um esforço sistemático de reconversão da linguagem hermética tradicionalmente destinada a reforçar os privilégios de "casta" dos técnicos em informações compreensíveis "por uma cozinheira". Do mesmo modo poderá ser necessário o oferecimento de cursos ou outros modos de propiciar mais rapidamente o domínio do conhecimento da máquina pública por parte das organizações populares.

b) É preciso ter acesso para dirigir.

O modo de organização da estrutura administrativa atual não foi constituído de modo aleatório. Ele se insere na lógica dominante que consiste em afastar ao máximo os centros de decisão reais da população da cidade. Secretarias distantes dos locais em que são prestados os serviços, planejadores indiferentes ao real destino de coletividade que eles não conhecem e cujas necessidades não lhe

chegam senão pela via de frias estatísticas, isolamento de órgãos afins, etc. Necessário se faz um processo de descentralização geopolítica dos aparatos administrativos e de unificação local e funcional dos centros de oferecimento e gerência de serviços. A instalação de escritórios regionais permanentes no conjunto das grandes áreas de aglomeração populacional é uma necessidade para viabilizar o controle e fiscalização popular no planejamento e na efetivação dos serviços e das decisões sobre os destinos da cidade, integrando os conselhos populares na hierarquização de prioridades.

c) É preciso controlar para dirigir.

A capacidade do movimento popular exercer o controle sobre as ações da Administração Municipal depende não só do grau de informação que ele tiver sobre o funcionamento da máquina administrativa e dos mecanismos colocados a sua disposição para fiscalizá-la, como também do grau de participação da população no processo de definição das políticas públicas. É necessário construir mecanismos diversos que abram o próprio funcionamento dos serviços a formas de controle popular. Desde a participação consistente das coletividades organizadas em colegiados setoriais responsáveis pela elaboração e acompanhamento das ações de cada secretaria até recursos de fiscalização popular da prestação de serviços concretos. O momento de coroamento desse aspecto da democratização municipal é, sem dúvida, a elaboração popular sobre as decisões de orçamento.

d) É preciso ter autonomia política para dirigir.

Um projeto democrático e popular para o município não tem início e fim nas estruturas administrativas públicas. Ao contrário, é fundamental que o sujeito decisivo no processo de transformação (que são as massas populares) desenvolva neste trajeto formas novas de organização independentes do poder estatal e dos vícios a que este está historicamente afeto. Os Conselhos populares, como organismos regionais de unificação das lutas e das iniciativas "autogestionárias" das coletividades, estão na linha de frente das alternativas que o conjunto de nossas ações deve fortalecer.

3 - Análise das relações políticas realizadas entre a administração popular e a comunidade de Porto Alegre.

A abertura da máquina administrativa municipal, sua democratização realizável através da intervenção política dos setores populares, tem como pré-requisito a elaboração por parte da A.P., de um programa que, entre outras questões, contemple a modernização da máquina administrativa, possibilitando agilidade e acesso às informações, e uma política de relacionamento com a comunidade em geral, especialmente suas entidades representativas, articulada entre as várias secretarias e autarquias da AP e seus respectivos partidos; uma política que tencione o movimento popular para um salto qualitativo em relação a sua política e sua organização.

A elaboração desta política de relacionamento com a comunidade, objetivo do seminário, deve levar em conta as seguintes observações:

a) Em 1986 houve uma considerável melhoria na formado recebimento encaminhamento das reivindicações das comunidades como resultado da modernização do sistema administrativo realizado pela administração anterior. No entanto esta modernização não se refletiu em respostas às comunidades.

Apartir deste ano o prazo para respostas às comunidades, através dos processos internos, tem sido de no máximo 30 ou 40 dias, as exceções são para SMOV, SPM, SMT, SMAM e PGM, mesmo assim estas secretarias têm dado retorno às reivindicações das comunidades em menos tempo que a administração anterior.

O que há, é a inexistência de recursos financeiros e materiais,

...
o que tem impossibilitado o atendimento às comunidades, fazendo com que a expectativa criada com nossa vitória se transforme em frustração e em alguns casos revolta.

b) A máquina administrativa tende a realizar um movimento no sentido do trabalho autônomo das várias secretarias e departamentos; resultado, entre outros fatores, da prática política proselitista das administrações anteriores, bem como a não conclusão de um "Plano da AP", o que tem tornado nossa ação dispersiva e defensiva.

c) Durante estes seis primeiros meses da A.P., houve momentos em que decisões importantes foram tomadas sem uma prévia consulta às entidades representativas da comunidade, em outros momentos, as entidades não foram consultadas mas sim informadas em primeira mão das decisões tomadas.

d) Há em algumas secretarias e departamentos a tentativa de realizar um relacionamento com a comunidade que contribua para sua politização, tal tentativa se expressa através da existência de repartições e assessores com a finalidade de atender as entidades representativas da comunidade. Em tais casos existe uma política explícita ou implicitamente definida de relacionamento com a comunidade. Tal política tem sido elaborada a partir das finalidades específicas e interesses imediatos das secretarias ou autarquias, sem um vínculo com os objetivos democrático-participativos da A.P.

e) Nestes primeiros seis meses de governo, houve tentativas de esboçar uma política geral e articulada de relações com a comunidade. Avaliada criticamente estas tentativas não surtiram o resultado esperado, nem contribuíram para um salto qualitativo do movimento popular na medida em que não abarcaram as multifacéticas relações realizadas entre a A.P. e a comunidade e nem levaram em consideração as várias classes e camadas sociais que compõem a comunidade de Porto Alegre, com seus respectivos interesses e deficiências.

...

...
f) Uma política de relações com a comunidade que aponte para a democratização da máquina administrativa pressupõe a regionalização da Cidade em zonas possíveis de serem trabalhadas.

g) Há no movimento popular concepções equivocadas e/ou viciadas no trato com a administração popular. Tais concepções são resultado de uma consciência comum e de uma prática-utilitária entre os quadros do movimento popular, bem como do inédito surgido com a vitória na Prefeitura de Porto Alegre, de forças comprometidas e identificadas com a luta pela solução dos problemas enfrentados pela maioria da população, forças que desenvolvem o fazer política de uma nova forma em relação às administrações anteriores.

A primeira destas concepções é resultado de vários anos de clientelismo realizado pelas administrações anteriores e ainda realizado em outras instâncias do estado burguês. Está presente em um amplo setor do movimento popular acostumado a ver suas reivindicações atendidas em troca de favores eleitorais. Para este setor atrasado do movimento as mudanças propagadas pela A.P. são apenas formais, não conseguem ver nem entender o projeto de democratização da administração, tratam de se adaptar a nova situação, perante forças políticas que travaram lutas das quais este setor esteve ausente.

A segunda concepção surgida com a nossa vitória está presente nos setores mais avançados e combativos do movimento popular; compreendem o caráter das forças políticas que estão na A.P. e identificam estas forças como representante de seus interesses, mas daí, entendem (numa visão política prática-utilitária) que a A.P. deve colocar sua máquina a serviço do movimento nas suas lutas imediatas.

h) A tentativa de realizar uma política de relações com a comunidade demonstrou a necessidade de formação de uma instância que articule as várias secretarias e autarquias da A.P. e atualize a política de relacionamento com a comunidade, combinada com uma política de informação e propoganda, através de meios não convencionais e convencionais, atingindo tanto a comunidade em geral como as entidades representativas da comunidade.

i) Existe precariedade no governo das formas de socialização das informações e troca de experiências e é débil o sistema de Coordenação Administrativa.

...

4) Quadro das Secretarias e Autarquias da A.P. combinado com os segmentos da comunidade em que se relaciona.

a) Secretarias e Autarquias que prestam serviço direto à comunidade;

SMOV: entidades de bairros*, comunidade em geral;

SMAM: entidade de bairros, entidades ecológicas, comunidade em geral, micro-empresários, escolas;

SMED: profissionais da área do ensino, entidades da área do ensino, juventude, entidades de bairros, clubes desportivos e frequentadores de praças, CPMs;

SMC: profissionais da cultura, entidades culturais, entidades de bairros, comunidades em geral;

DEMHAB: entidade de bairros e comunidade em geral;

DMAE: entidades de bairros e comunidade em geral;

DMLU: entidades de bairros e comunidade em geral;

DEP: entidades de bairros e comunidade em geral;

SMSSS: profissionais da área da saúde e assistência social, entidades da área da saúde e assistência social, entidades de bairros e comunidades em geral;

FESC: comunidade em geral e entidades de bairros (disposição de dez Centros sociais urbanos);

CARRIS: profissionais rodoviários, comunidade em geral e entidades de bairros;

MAPA: entidades assistenciais, entidades de bairros e comunidade em geral;

b) Secretarias e Autarquias que regulamentam o serviço à comunidade:

SMIC: vendedores autônomos, micro-empresários, empresários, produtores rurais, entidades respectivas e entidades de bairros;

SMT: empresários do transporte coletivo, profissionais autônomos de transporte, entidades de bairros;

...

SPM: entidades de bairros e entidades urbanísticas;

EPATUR: entidades carnavalescas, entidades turísticas, empresários e entidades atuantes no mercado público;

SMA: funcionários municipais e SIMPA.

* Entende-se por entidades de bairro: Associações de Moradores, Associações Comunitárias, Associações de Amigos de Bairros, Clubes de Mães, Comissões de Moradores e Associações de Ruas.

ORIENTAÇÕES PARA UMA POLÍTICA DE RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

A construção de uma política global de relações com as comunidades, tem no campo prático, um movimento no sentido de superar as tendências dispersivas nas ações político-administrativas do Governo. E la visa, numa ação consciente e concentrada, criar as condições para a democratização da administração, possibilitar um saldo organizativo no movimento popular e consolidar a base social da Administração Popular. Tem seu fundamento nos princípios que norteiam as principais diretrizes decocratizantes elencadas aqui: conhecer, ter acesso, controlar e fortalecer a autonomia popular.

1 - Transparência e Socialização da Informação-"Conhecer"

Está já assimilado pela opinião pública o perfil de uma Administração que promove a moralização da "máquina". Este perfil necessita ser alargado com o conceito de transparência, que tem na sua realização, formas e métodos de governar que transformem a gestão pública obscura em algo cristalino e acessível à compreensão das massas. A plena informação é parte integrante deste conceito, inclusive porque historicamente poder e informação tem andado juntos. E isto vale muito mais na sociedade moderna e sua revolução técnico-científica.

Como fazer isso sem dirigir potentes meios de comunicação de massas? Evidentemente que, afóra o aproveitamento de todas as brechas e contradições de grande imprensa, a batalha para dotar os setores populares de informações, passa pela criação e multiplicação de mecanismos formais e informais de relacionamento da administração com a

...
cidadania. Mecanismos formais e transitórios, como o são as assembléias nos bairros chamadas pelo movimento. Meios mais permanentes, através de contatos e reuniões com as articulações regionais (embriões de Conselhos), bem como cursos de cidadania com a população dos bairros, esclarecendo-as sobre a máquina Administrativa. Informais através de jornais e boletins massivos para toda a cidade ou dirigidos para uma determinada região ou bairro, ou mesmo categoria profissional. A distribuição massiva dos impressos, a fim de responder agilmente à dinâmica social, terá que adquirir organização profissional. Ao mesmo tempo, formas alternativas de comunicação social poderão ser utilizadas, como murais internos nos veículos de transporte coletivo e em pontos movimentados da cidade.

Mais que isso, a perspectiva de modernização nas relações da Administração com a cidadania em novas bases, exigirá a médio e longo prazos a implantação de recursos ágeis, através da tele-informática ao alcance e a serviço das organizações populares e do cidadão, em sistema "on line". Numa visão de futuro, os Conselhos Populares e o cidadão teriam amplo acesso aos dados da cidade nos terminais de computador de cada região abrangida pelos Conselhos. A criação de um banco de dados sobre a Administração e a Cidade, seria um importante fator de modernização do acesso à informação.

* Redimensionar o serviço 156 enquanto instrumento de informação dos cidadãos, buscando que não venha conflitar com o processo de descentralização administrativa e com a perspectiva de reforço do movimento popular.

* Implementar uma política de comunicação mais ofensiva particularmente nas respostas do Governo aos ataques e deturpações que sofre diariamente nos meios de comunicação de massa. Buscar se antecipar aos fatos.

* Socializar, através da Coordenação de Comunicação, informações sobre os equipamentos materiais (aparelhos de som, carros, etc.) disponíveis para o trabalho nas comunidades. Estudar necessidades e possibilidades de aquisição de novos equipamentos.

...

...
 *Aperfeiçoar os mecanismos de informações ao conjunto do Governo, sobre os vários projetos existentes, bem como, avançar nas formas de Coordenação Administrativa e Política.

2 - Descentralização Administrativa - "Ter Acesso"

2.1 - É uma das formas de democratizar o executivo, na medida em que cria estruturas administrativas mais próximas do cidadão e das comunidades, facilitando o acesso e a incidência popular na elaboração, execução e fiscalização das ações e políticas públicas;

2.2 - Poderá desempenhar um importante papel político (dependendo do conteúdo da política e da relação que desenvolver com a comunidade local) ao criar-se um polo local de gerenciamento dos serviços públicos, unificando as demandas locais e ativando as potencialidades populares no seu nível de consciência e organização popular autônoma;

2.3 - Promover a unificação, a integração e a racionalização dos serviços públicos, através da ação global e convergente dos vários órgãos municipais;

Regionalização e Estruturas Administrativas

A descentralização administrativa tem relação direta com a regionalização da cidade. Ao mesmo tempo, descentralizar a administração significa pensar quais e que tipo de estruturas administrativas são adequadas, neste momento, para este objetivo. Aqui referenciamos os critérios políticos (não partidários) e administrativos que devem balizar a política de regionalização da cidade.

Politicamente, a Administração Popular tem avocado a si, o objetivo estratégico de constituir-se num fator de real elevação do nível de consciência e organização popular autônoma no âmbito do município. Promover a democratização desta pequena "parcela do Estado", após décadas de autoritarismo e exclusão (ou tentativas de cooptação pelo populismo) é uma tarefa que julgamos de princípio. Daí porque todas as ações que visem estes objetivos devem buscar fortalecer, preferencialmente, os pólos de articulações dos movimentos populares que pos-

...

suem potencialidades para desenvolverem-se na perspectiva de contruírem-se como Conselhos Populares. Hoje existem cerca de 11 articulações regionais: 1) Santa Rosa/sarandi 2) Navegantes 3) Eixo da Baltazar 4) Lomba do Pinheiro 5) Alto Petrópolis 6) Grande Cruzeiro 7) Grande Glória 8) Restinga 9) Cavahada 10) Extremo Sul 11) Ilhas.

São estas articulações regionais (que em maior ou menor grau recém começam a superar o particularismo e o corporativismo) que devem ser prioritariamente incluídas na formação das estruturas administrativas descentralizadas.

Quanto ao tipo de estrutura a ser montada nas regiões, os Escritórios Regionais, hoje, respondem mais adequadamente à realidade administrativa do município. Os Escritórios Regionais, desta maneira, com funções administrativas e políticas, racionalizam os serviços possíveis de serem prestados à comunidade e adquirem um caráter unificador das relações políticas estabelecidas com a população local. Para cumprir este papel, é importante observar a presença no Escritório de pessoas capacitadas politicamente. Esta experiência foi iniciada com a reestruturação do Centro Administrativo da Zona Sul na Restinga. O Governo deve apoiar e avaliar esta primeira experiência, seus aspectos positivos e negativos.

* É necessário a implementação de uma política de maior aproximação da Administração Popular com o funcionalismo.

3 - Participação e Controle Popular - "Controlar"

Conselhos Municipais

Tornar as estruturas administrativas aptas à inferência popular é algo que assumiu um status de princípio para a Administração Popular. Por muito tempo, os setores populares e o conjunto da sociedade civil, ou foram tratados com exclusão das decisões, ou sofreram o

...
assédio da cooptação populista, o que tem dificultado a organização popular e colaborado para um nível de consciência rebaixado, fragmentado e corporativista. A nível dos executivos municipais, uma das formas de democratizar a estrutura tem sido os conselhos Municipais formados por área ou setor de atividade pública. Em Porto Alegre esta proposta ganhou formato através da Lei 195/88, quando a gestão Collares fez aprovar, nos últimos dias de governo, os Conselhos que foram intitulados de "Populares".

Estes Conselhos Municipais, embora contassem com um certo prestígio do movimento comunitário à época, refletem na sua forma, um conteúdo político de caráter populista e demagógico. São corporativistas por excelência (obrigam o movimento popular incidir fragmentadamente em dezessete Conselhos) e impraticáveis, tanto para o movimento comunitário, que não possui cerca de 400 pessoas para participar dos Conselhos, como anacrônicos, por sua composição. Na realidade foi uma camisa-de-força deixada para a Frente Popular que levanta há tempo não só a questão da democratização do executivo, como a formação dos verdadeiros Conselhos Populares autônomos.

A Administração Popular herdando esta situação viu-se obrigada, no entanto, a regulamentar os referidos Conselhos, cuja instalação, depende legalmente, da indicação da maioria de seus membros, pelo movimento comunitário e as demais entidades "de classe".

A inviabilização prática destes Conselhos e suas distorções políticas, nos levam a necessidade de discutir junto ao movimento popular, a construção de uma nova lei que reflita melhor as possibilidades político-organizativas de participação popular no Governo. A nova lei, a par de propiciar a continuidade de alguns Conselhos que existem tradicionalmente (Patrimônio Histórico e Cultural, p. ex.) e formar outros que, por sua especialidade podem reunir representantes de entidades da área (Carnaval, Cultura, p.ex.) criaria órgãos que, ao unificar setores afins de atuação governamental, permitiria uma incidência popular maior e unificada, onde participariam representantes de entidades e uma forte bancada do movimento comunitário. Três grandes Conselhos sobre: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PLANEJAMENTO, E REGULAMENTAÇÕES poderiam dar resposta a isto e colaborar para a superação da dispersão e do corporativismo.

...
 * Realizar estudo, através da PGM, no sentido de conferir ao movimento popular poder de atuação.

UM MÉTODO PARA ADMINISTRAR

O método, como forma processual, tem assumido na vida política, principalmente na relação entre os Governos e o povo, uma íntima ligação com a própria essência do conteúdo advinda do caráter que os Governos assumem ante às classes e seus compromissos. A exclusão, a manipulação, o clientelismo, a cooptação populista, são formas de relações que expressam, no fundamental, uma política de conteúdo autoritário. Ou seja: em variados graus, as massas são utilizadas como objeto dos interesses das classes dominantes.

A relação entre a forma (método) e conteúdo da política, não é mecânica nem absoluta. Uma boa política aplicada de forma ruim compromete o conteúdo da política. Uma boa forma de conduzir uma política ruim pode mascarar o equívoco desta política. Tem se verificado que em algumas vezes, propostas corretas da AP são encaminhadas de forma equivocada, sem as discussões necessárias com a sociedade, o que acaba comprometendo o próprio conteúdo das propostas.

O caráter democrático e popular da Administração, desdobra-se no plano social, com um conteúdo essencialmente voltado para a construção da consciência e da organização popular das massas enquanto sujeitos da história. É preciso, pois, encontrar as melhores formas e métodos capazes de traduzir este conteúdo na relação com as massas. Tanto a superação do paternalismo, do democratismo e do autoritarismo tem o mesmo valor. Mas o compromisso radical com a democracia exige o aperfeiçoamento dos mecanismos de tomadas de decisões das políticas governamentais. Isto vale para um cem número de questões menores no âmbito de cada Secretaria ou Órgão e também para as decisões de caráter universal: O aperfeiçoamento do método na tomada de decisões deve levar em conta o seguinte:

a) As decisões de políticas ou medidas setoriais, enquanto não são instalados os Conselhos Municipais, devem sempre que possível, passar pela consulta aos setores envolvidos da sociedade civil;

b) As decisões de caráter global, enquanto não existirem os Conselhos Populares e um Conselho Central, deverão sem-

pre que possível, passar pela consulta ao movimento popular, através da constituição de um FÓRUM DE CONSULTA POPULAR, onde participem entidades representativas e de prestígio social, previamente convidadas pela AP;

b.1 - O FÓRUM DE CONSULTA seria uma instância provisória, que se reuniria ordinariamente com o Governo a cada dois meses ou quando houver necessidade, para realizar o balanço da administração, exercer a prestação de contas e o controle popular, socializar as informações e consultar sobre os rumos da política municipal. OBS: A consulta sobre as políticas não retiram a autonomia e a autoridade da AP, que procurará sempre, agir em conformidade com o seu programa.

A Relação Administração/Partidos da FP/Movimento de Massas

Entre outros motivos, a Frente Popular constitui-se em Governo de PA, principalmente porque os partidos que a compõem, possuem um razoável grau de colagem junto ao movimento popular e dos trabalhadores. Os partidos ao ocuparem este "aparato do Estado" passam a orientá-lo no sentido geral. A Administração assim, é a mediação dos projetos partidários num sentido universalizante. Mas ela não se confunde com os partidos. Estes, por sua vez, ao dirigirem a Administração, não deixam de possuir iniciativa política para, no movimento das massas, apresentarem-se como mediadores entre estas e a Administração. É claro, que a mediação entre a Administração e as massas não pode se dar exclusivamente através dos partidos que detém o seu controle, pois esta é a prática do populismo que substitui a necessária disputa nas massas pela clientela. Na relação entre a Administração e as massas, cabe essencialmente aos partidos da FP, criar as condições para que a correlação de forças seja favorável a aplicação do programa da AP, inclusive extraíndo as melhores possibilidades do aparelho administrativo em serviços para a população.

Presente nos movimentos sociais e disputando a sua direção, os partidos participarão da pressão de massas para que a Administração responda às necessidades destas. Os partidos, não assumiram os limites "objetivos" da Administração como se fossem seus.

Eles terão que ajudar as massas a entender as limitações objetivas de um Governo Municipal, principalmente quando estas procuram soluções "globais" para as suas demandas reprimidas.

O ideal na relação Administração/Massas é que esta se dê com o suporte político dos partidos que sustentam o Governo, tanto para politizar esta relação, como para disputar a tensão em torno da AP, onde não faltarão forças políticas interessadas em seu desgaste.

A experiência tem demonstrado até agora que o saldo político-orgânico nas reuniões entre o executivo (Prefeito, Vice e Secretários) e a população, depende em muito do preparo prévio que se dedica às reuniões de massas.

Neste sentido, é preciso observar o seguinte:

a) As reuniões de massas com a presença do 1º escalão do Executivo devem ser previamente preparadas pelas assessorias;

b) A preparação prévia implica na ida ao local para fazer o levantamento de quem participa das reuniões e qual o assunto principal (de preferência discutir um único ponto ou reivindicações para evitar a dispersão);

c) Buscar sempre os possíveis pontos de contatos políticos na região, através dos partidos da FP e dos vereadores;

d) Após o conhecimento da pauta da reunião, buscar nos órgão municipais envolvidos, as soluções possíveis ou respostas ante à demanda, a fim de que os representantes do governo participem das reuniões já cientes das possibilidades e limites da Administração;

4 - Incentivo aos Conselhos Populares - "Fortalecer a Autonomia"

A questão dos CP tem sido a "menina dos olhos" na política da FP mesmo antes de tornar-se governo. De fato, este é um objetivo que transcende as metas táticas de uma administração municipal. Trata-se de dar um novo salto de qualidade no movimento popular, superando o corporativismo dos movimentos sociais (comunitário, sindical, assistenciais, etc.) e o particularismo de suas visões políticas,

ligados à construção independente das massas, a novas formas de poder popular. Daí sua importância estratégica.

Mas esta importância consensual na política da AP não tem encontrado ainda, o correspondente consenso das formas e meios táticos para, através da própria administração, interferir na construção dos Conselhos. Interferir, porque nos parece claro que, se não cabe a postura paternalista-formalista da administração, também não cabe o "cruzar de braços", à espera que o movimento por sua própria conta, evolua até Conselhos. E isto parece mais grave quando verificamos que a vitória eleitoral da FP em POA, não corresponde diretamente ao nível de organização do movimento popular. Por isso, a par dos partidos da Frente que devem atuar no movimento nesta direção, a administração também precisa encontrar formas de incentivar a construção dos Conselhos Populares, sob pena de isto não passar de uma intenção ao final dos quatro anos.

Mesmo que persistam múltiplas visões no interior da Administração e da Frente Popular sobre o que são os Conselhos, como se organizam e se relacionam (inclusive por seu caráter inovador e complexo), é possível chegarmos a uma visão mínima: são organizações autônomas, regionais e universais. O processo inicial de formação dos Conselhos exige a construção de uma articulação unitária das entidades populares representativas que abrangem a região.

O papel da AP é fortalecer ao máximo as articulações existentes (hoje em torno de 11 enumeradas na folha 12) e colaborar para a criação de outras onde for o caso. Este tensionamento junto ao movimento popular se dá de várias formas destacando as seguintes:

a) a incidência racionalizada na prestação de serviços e execução de obras por parte da Administração. Esta incidência se potencializa com as "equipes SOS" e com a política de regionalização e descentralização administrativa, que deve priorizar as regiões de maior potencial político;

b) ebulição política nestas "regiões" através da discussão de questões importantes de caráter universalizantes, tais co

...
mo o orçamento do Município, os transportes, as CLIS (Comissões Locais Interinstitucionais de Saúde);

c) uma política de comunicação de massas que possibilite a ação pedagógica e o enfrentamento da luta ideológica na relação com o movimento, através da produção imediata de:

C.1 - um impresso que explique (e uniformize) a nossa política em relação ao movimento comunitário e popular;

C.2 - um vídeo sobre organização popular, a ser utilizado em reuniões de massas;

C.3 - um cartaz motivador da organização dos Conselhos Populares que massifique e popularize este objetivo.

Mas a atuação desde "cima", mesmo sendo fundamental e decisiva, não será suficiente para empreender este árduo caminho de construção de uma nova dinâmica e um nível superior de organização do movimento popular. Aos partidos da Frente Popular, através de uma militância que não signifique partidarização, cabe o papel para, desde "baixo", imprimir uma ação pedagógica e motivadora da construção dos Conselhos Populares. Se é verdade que nenhum partido ou mesmo a Administração são capazes de substituir as massas em movimento, também é verdade que, espontaneamente, não aconteceram as grandes transformações. Combinando as ações a partir da Administração com o trabalho de base dos partidos frentistas, estarão sendo criadas melhores condições para a elevação do fator subjetivo das massas, condição "sine qua non" para elevar o seu nível de organização.

OBS.: O texto não aborda a política em relação à Lei Orgânica Municipal. No entanto, a AP não poderá, em hipótese alguma, ausentar-se deste debate na medida em que, a nova Lei Orgânica delimitará os contornos dos múltiplos interesses sobre a cidade. É necessário, portanto, realizar um estudo global sobre as possibilidades de avanços a serem consagrados na Lei. Particularmente, no caso em questão (gestão democrática e participação popular), faz-se necessário um

.....

estudo a fim de apresentar uma proposta ao conjunto da sociedade civil porto-alegrense. A Procuradoria Geral do Município deverá, no menor prazo possível, apresentar uma proposta sobre o assunto.